



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012607-23.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Humberto Luiz Pietronero**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**Humberto Luiz Pietronero** move ação de obrigação de fazer c/c inexigibilidade de débitos c/c indenização por danos morais c/c pedido liminar de antecipação de tutela contra **Emerson Carlos Ragonezi, Fazenda Pública do Estado de São Paulo e Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo.**

Sustenta que em 10.10.2012 vendeu ao réu Emerson Ragonezi a motocicleta identificada na inicial, entretanto este último não procedeu à transferência do veículo para o próprio nome.

Por conta disso, a fazenda estadual lançou em nome do autor débitos de Taxa de Licenciamento, DPVAT e IPVA, relativamente aos exercícios de 2015 e 2016.

Possíveis infrações de trânsito devem, ainda, ter sido lançadas em nome do autor.

O autor sofreu dano moral.

Sob tais fundamentos, pede liminar determinando a Emerson Ragonezi a transferência do veículo para o próprio nome, e determinando aos entes públicos réus que alterem, em seus registros, o cadastro relativo ao proprietário do veículo, assim como se abstenham de efetivar atos de cobrança contra o autor. A título de provimento final, pugna pela condenação dos réus na obrigação de transferirem o veículo para o nome de Emerson Ragonezi, com eficácia retroativa a 10.10.2012, declarando-se a inexigibilidade de qualquer débito em relação ao autor a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

partir da referida data, além de se condenar Emerson Ragonezi a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 1.000,00.

O réu Emerson Ragonezi, citado, não contestou.

O Estado de São Paulo e o DETRAN contestaram.

Houve réplica.

**É o relatório. Decido.**

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

**Incontroverso e comprovado que a parte autora alienou o veículo em 10.10.2012, mas não efetivou a comunicação da venda ao órgão de trânsito.**

**IPVA.** A parte autora não é contribuinte, mas é responsável pelo IPVA.

É certo que a Súm. 585 do STJ dispõe: "a responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação".

Ocorre que essa súmula tem alcance menor do que o aparente. Com efeito, o seu objeto é muito específico: a responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do CTB. Trata-se de enunciado que consolida uma orientação pretoriana a propósito da exegese de um específico dispositivo legal.

E, de fato, não há como se discordar do seu teor, porque o art. 134 do CTB claramente não está tratando do IPVA, já que se refere apenas às "penalidades".

Ademais, como o IPVA é imposto estadual, o legislador federal sequer teria competência para impor a responsabilidade solidária em questão, também ao ex-proprietário. Teria-a tão-só para as normas gerais pertinentes, nos termos do art. 146, III da CF.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sendo assim, nenhum Estado da Federação estaria autorizado a lançar ou manter o lançamento contra o alienante que não fez a comunicação, com fundamento no art. 134 do CTB. Essa a importância prática da súmula. Todavia, pode fazê-lo o Estado de São Paulo, com base na legislação tributária local a ele aplicável.

Realmente, o art. 128 do CTN – que foi recepcionado com o *status* de lei complementar para os fins do art. 146, III da CF - autoriza a lei (do ente tributante) a atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, desde que vinculada ao fato gerador da obrigação.

Ora, no Estado de São Paulo, o art. 4º, III da Lei nº 6.608/89 e o art. 6º, II da Lei nº 13.296/08 atribuem de modo expresso a responsabilidade tributária pelo IPVA ao alienante de veículo que não comunica a venda ao órgão de trânsito no prazo de 30 dias.

O alienante é vinculado ao fato gerador - ainda que não o pratique - pois é o proprietário anterior. E a previsão legal justifica-se por conta do descumprimento de obrigação acessória - comunicar o órgão de trânsito a respeito da venda - inviabilizador e/ou dificultador de se lançar o tributo contra o atual proprietário. A responsabilização da lei local tem suporte no art. 128 do CTN.

Nesse cenário, resulta legítimo o lançamento dos IPVAs, em nome do autor, até o do ano de 2016. O IPVA do ano de 2017 e seguintes, por outro lado, já não são exigíveis da pessoa do autor, porque em novembro.2016, ao ser citada nos presentes autos, fls. 45, a fazenda pública tomou inequívoco conhecimento da alienação efetivada.

**Taxa de Licenciamento**. Inexiste lei considerando o alienante responsável tributário pelo pagamento de tal taxa, em caso de não comunicação ao órgão de trânsito.

A Lei nº 7645/91, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos no Estado de São Paulo, como prevê o art. 1º, tributa os serviços e atividades previstos em suas tabelas, entre os quais estava o Licenciamento de Veículos, Tabela "C", Item 19.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A referida lei não estabelecia qualquer hipótese de responsabilidade tributária, dispondo apenas sobre o contribuinte, que, segundo o art. 4º, é a pessoa "que solicitar a prestação do serviço público ou a prática do ato decorrente da atividade do poder de polícia ou, ainda, por quem for o beneficiário direto do serviço ou do ato". **Evidente que o autor, não sendo mais proprietário nem beneficiário do serviço de licenciamento, não era contribuinte.**

A Lei nº 15.266/13 revogou em parte o diploma anterior e trouxe regras expressas a respeito da taxa de licenciamento, arts. 33 a 38, *in verbis*:

**DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

Artigo 33 - A taxa de fiscalização e licenciamento de veículo, de que trata o artigo 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, é devida anualmente em razão do exercício do poder de polícia.

Artigo 34 - Considera-se ocorrido o fato gerador da taxa:

I - em se tratando de veículo usado, no dia 1º de janeiro de cada ano ou na data do registro do veículo neste Estado;

II - em se tratando de veículo novo, na data da primeira aquisição pelo consumidor.

Artigo 35 - É contribuinte da taxa a pessoa natural ou jurídica proprietária de veículo sujeito a licenciamento neste Estado.

Artigo 36 - A taxa, cujo valor está previsto no item 11 do Capítulo IV do Anexo I desta lei, deverá ser recolhida nos prazos definidos pelo órgão de trânsito estadual e na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda.

Artigo 37 - Fica dispensado o pagamento da taxa, a partir do exercício seguinte ao da data de ocorrência do evento, na hipótese de privação dos direitos de propriedade do veículo, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

Parágrafo único - Restituída a posse, o proprietário do veículo deverá pagar a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

taxa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de devolução do bem.

Artigo 38 - A critério da Secretaria da Fazenda, o lançamento de ofício da taxa e das multas previstas no artigo 16 desta lei poderá ser efetuado em conjunto com o do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, aplicando-se ao respectivo procedimento administrativo tributário as disposições da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008.

Novamente, nota-se a inexistência de previsão legal atribuindo a responsabilidade tributária a qualquer pessoa que não seja o proprietário, como dispõe o art. 35.

Logo, quanto à taxa de licenciamento, o autor não possui responsabilidade.

**DPVAT**. Trata-se de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, regrado pela Lei nº 6.194/74 e normas do CNSP (Conselho Nacional dos Seguros Privados).

A leitura da legislação revela que a responsabilidade pelo pagamento, iniludivelmente, é do proprietário, e apenas do proprietário. Toda a Lei nº 6.194/74, ainda que não explicitamente, está a sinalizar que o seguro DPVAT é pago pelo proprietário do veículo.

De qualquer maneira, o art. 12 dessa lei atribuiu ao CNSP a competência para a expedição de normas complementares e este, na Res. nº 273/12, estabeleceu no art. 2º, § 1º, que o "proprietário do veículo sujeito a registro e licenciamento" é que "deve pagar o Seguro DPVAT". Desse modo, não há base legal para o DPVAT ser cobrado de quem não é o proprietário.

O lançamento é efetuado em nome daquele que consta como proprietário mas, demonstrado nos autos que aquela pessoa não é, de fato, proprietária – pois o domínio do bem móvel transfere-se com a tradição -, não terá ela responsabilidade pelo pagamento do DPVAT.

Procede o pedido, pois, em relação ao DPVAT.

**Infrações de Trânsito**. As pontuações lançadas contra o autor e as autuações lançadas contra o autor pelo DETRAN, relativamente ao veículo em discussão nos autos, a partir



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de 10.10.2012, devem ser excluídas, porque posteriores à tradição.

A regra do art. 134 do CTB, segundo a qual o alienante que não comunica a transferência da propriedade ao órgão executivo de trânsito torna-se solidariamente responsável pelas penalidades de trânsito, tem alcance mitigado pelo STJ, em jurisprudência pacífica, segundo a qual "inexiste a responsabilidade do antigo proprietário pelas infrações cometidas em momento posterior à tradição do bem" (AgRg no AREsp 452.332/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 18/03/2014).

No mesmo sentido: AgRg no AREsp 347.337/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT, j. 12/11/2013; AgRg no REsp 1378941/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, 1ªT, j. 17/09/2013; AgRg nos EDcl no AREsp 299.103/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ªT, j. 20/08/2013; AgRg no REsp 1323441/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 21/08/2012; REsp 965.847/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2ªT, j. 04/03/2008.

**Obrigação de Fazer.** Está comprovada documentalmente, por meio de cópia de certidão comprovando que houve o reconhecimento de firma na Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo - ATPV (fls. 15), a alienação ao réu Emerson Ragonezi, que sequer contestou, fato a reforçar essa conclusão.

Nesse sentido, apesar de não satisfeitos totalmente os requisitos documentais e de conteúdo previstos nos arts. 2º e 3º da Res. CONTRAN nº 398/2011 (cópia autenticada da ATPV; nome completo, RG, CPF, endereço completo do comprador, e data da transação), levando-se em conta o princípio do livre convencimento motivado e a superação do sistema da prova tarifada, não há razão para não se reconhecer judicialmente a tradição e transferência do domínio.

A presente demanda, portanto, já supriria a comunicação de venda do alienante, e deveria o DETRAN registrá-la em seu sistema, fazendo nele constar a informação de comunicação de venda, considerada como data dessa comunicação a citação no presente feito.

Tal providência será, porém, desnecessária.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A comunicação de venda acima mencionada, obrigação prevista no art. 134 do CTB e do alienante, e cujo resultado é o registro dessa comunicação no cadastro do órgão de trânsito, não se confunde com o requerimento de transferência do veículo ao nome do adquirente, obrigação prevista no art. 123, § 1º do CTB e do adquirente, cujo resultado é a efetiva transferência do veículo ao nome do adquirente com a expedição de um novo Certificado de Registro de Veículo – CRV.

Compete portanto ao adquirente, Emerson Ragonezi, no plano do direito material, providenciar a transferência do veículo para o seu nome.

Todavia, trata-se de obrigação de fazer que pode ser efetivada, processualmente, através de providência alternativa que assegura o resultado prático equivalente, qual seja, o próprio DETRAN inserir, no seu cadastro, a transferência do automóvel para o nome de Emerson Ragonezi, o que é autorizado pelo art. 497 do CPC e viabiliza a tutela eficaz desse direito do autor. E que torna desnecessária a anotação da comunicação de venda feita na data da citação.

**Dano moral.** Não deve haver a condenação. Isto porque o CTB é claro quanto ao dever do alienante de, não efetivada a transferência pelo adquirente, efetuar a comunicação de venda. Trata-se de um dever, aliás previsto expressamente na lei, de mitigar o próprio prejuízo. Consoante a doutrina (ANDRADE, Fábio Siebeneichler de; RUAS, Celiana Diehl. Mitigação de prejuízo no direito brasileiro: entre concretização do princípio da boa-fé e consequência dos pressupostos da responsabilidade contratual. Revista de Direito Civil Contemporâneo. vol. 7. ano 3. p. 119-146. São Paulo: Ed. RT, abr.-jun. 2016), a mitigação do prejuízo é instituto estudado no direito contratual e, com essa denominação, tem origem no direito anglo-saxão (*common law*), pela expressão duty to mitigate the loss; mas é encontrada, também, no direito de origem





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

romanística (*civil law*), especialmente o alemão<sup>1</sup> e o italiano<sup>2</sup>, assim também nos princípios *unidroit*<sup>3</sup> e mesmo em disposições específicas do direito positivo brasileiro, pertinentes a contratos internacionais<sup>4</sup> e seguros<sup>5</sup>. Tem fundamento, no direito brasileiro, (a) no princípio da boa-fé, seja ela entendida em concepção solidarista (cooperação), seja em concepção adversarial (*fair play*) (b) na disciplina do nexo de causalidade, rompido com a conduta do credor que poderia ter evitado o agravamento do dano e não o faz. A razoabilidade é critério fundamental para avaliar qual a conduta que o credor deveria adotar para mitigar o prejuízo, pois exige-se conduta razoável, não simplesmente possível. Ora, no caso concreto, a omissão da parte autora de tomar a singela providência de comunicação de venda ao órgão de trânsito, conduta não apenas possível como razoavelmente exigível, é bastante para romper o nexo de causalidade entre a não transferência do automóvel pelo adquirente e os danos morais daí advindos, razão pela qual é de rigor a improcedência do pedido indenizatório.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente a ação** e (a) com fulcro no art. 497 do CPC, condeno o DETRAN na obrigação de providenciar, em seu cadastro, a transferência do veículo objeto dos autos para o nome de Emerson Carlos Ragonezi, RG 21701585, CPF 150.674.318-81, com endereço na Rua Marcolino Lopes Barreto, nº 1.038, Vila Costa do Sol, CEP 13566-210, São Carlos – SP (b) declarar a inexigibilidade, perante o autor, de todo DPVAT, Taxa

<sup>1</sup> Livro 2. Seção 254. (1) Quando a culpa do lesado contribui para a ocorrência do dano, a **responsabilidade pelo dano**, assim como o **valor da indenização**, depende das circunstâncias, em particular a proporção do dano que é causada predominantemente por uma ou outra parte [**culpa concorrente**] (2) A mesma regra aplica-se se a culpa do lesado restringe-se em falhar ao chamar a atenção do autor do dano para o perigo de dano de extensão incomum se o autor do dano não sabia nem deveria saber do perigo, ou em **falhar em evitar ou diminuir o dano** [**mitigação do prejuízo**].

<sup>2</sup> Código Civil de 1942: “Se o fato culposo do credor houver concorrido para causar o dano, o ressarcimento é diminuído conforme a gravidade da culpa e da extensão das consequências derivadas. **O ressarcimento não é devido sobre os danos que o credor poderia evitar usando ordinária diligência.**”

<sup>3</sup> Artigo 7.4.8 (Mitigação do dano) (1) **A parte inadimplente não é responsável por danos sofridos pela parte prejudicada na medida em que esses danos poderiam ter sido reduzidos com a adoção de medidas razoáveis por parte desta.** (2) **A parte prejudicada tem direito a reaver quaisquer despesas que tenha razoavelmente realizado na tentativa de reduzir os danos.**

<sup>4</sup> Convenção de Viena de 1980, art. 77: “A parte que invocar o inadimplemento do contrato **deverá tomar as medidas que forem razoáveis, de acordo com as circunstâncias, para diminuir os prejuízos resultantes do descumprimento.** incluídos os lucros cessantes. Caso não adote estas medidas, **a outra parte poderá pedir redução na indenização por perdas e danos,** no montante da perda que deveria ter sido mitigada”.

<sup>5</sup> Art. 771, Código Civil: “Sob pena de perder o direito à indenização, o segurado participará o sinistro ao segurador, logo que o saiba, e **tomar as providências imediatas para minorar-lhe as consequências.**”





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de Licenciamento, e penalidades e pontuações por infrações de trânsito relacionados ao veículo objeto dos autos e com fato gerador ocorrido após 10.10.2012 (b) declarar a inexigibilidade, perante o autor, do IPVA relativo a 2017 e anos subsequentes.

Quanto às custas e despesas processuais, devem ser divididas entre o réu Emerson Ragonezi e o autor, que concorrentemente deram causa à celeuma, não sendo responsabilizada a fazenda estadual, vez que, no prisma da causalidade, a origem dos lançamentos decorreu da omissão das duas pessoas acima em seus deveres legais de comunicar a venda e providenciar a transferência, respectivamente. Arcará o autor com 50% das custas e despesas, observada a AJG; arcará o réu Emerson Ragonezi com os 50% restantes.

Quanto aos honorários, condeno Emerson Ragonezi em honorários arbitrados em R\$ 1.000,00, devidos ao patrono do autor.

Deixo de condenar a fazenda estadual pela razão acima exposta.

Transitada em julgado, intinem-se a fazenda estadual e o DETRAN para comprovarem, respectivamente, em 20 dias (a) a exclusão dos lançamentos feitos contra o autor e que foram considerados inexigíveis (b) a alteração na titularidade do veículo para o nome do comprador e a exclusão das pontuações e penalidades impostas contra o autor por infrações de trânsito posteriores à tradição.

P.I.

São Carlos, 02 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**